cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112

Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.03.02 06:59:51 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 2, 3 e 4 de março de 2024 • Nº 1754 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

3º Domingo da Quaresma

PÁGINA 6

REBAIXAMENTO

Fitch vê deterioração fiscal nos EUA

A Fitch alerta para uma deterioração fiscal nos Estados Unidos, apesar do crescimento econômico sólido do país. Embora a agência tenha mantido o rating dos EUA inalterado em "AA+", com perspectiva estável, ela destaca que a classificação de crédito da maior economia do mundo pode ser rebaixada em caso de aumento acentuado nas dívidas do governo geral, ou caso seja registrado um 'declínio na credibilidade' de política macroeconômica do país. Segundo a agência de classificação de risco, o déficit do governo geral de 2023 deve ter ficado em torno de 8,8% do Produto Interno Bruto (PIB) americano, o que indica um aumento "robusto" em comparação aos 3,7% do PIB registrados em 2022. Essa diferença entre os anos ignora, inclusive, o perdão de empréstimos estudantis pelo governo, que pesou sobre o PIB em 2022. Para 2024, a previsão é de que o déficit do governo geral desacelere a 8% do PIB no ano. PÁGINA 2

REVISÃO

Brasil vai renegociar dívidas com países pobres

O governo brasileiro, que na Trilha de Finanças do G20 pautou a renegociação das dívidas de países mais pobres, está na fase final de um trabalho de consolidação dos números para também renegociar as dívidas que outras economias têm com o Brasil. A informação foi dada nesta sexta-feira, pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista coletiva à imprensa no gabinete da pasta na capital paulista. A proposta brasileira foi elogiada por ministros de finanças de outros países, com os quais o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) conversou ao longo dos três dias de G20. "Na verdade, essa questão ficou parada no governo brasileiro durante muitos anos. PÁGINA 3

PIB/RANKING

Com alta de 2,9%, economia do Brasil supera o Canadá e Rússia

WILSON DIAS/ABRASIL

A alta de 2,9% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2023 fez o País subir duas posições no ranking de maiores economias do mundo, passando da 11ª colocação em 2022 para a 9º posição no ano passado, de acordo com os cálculos da agência de classificação de risco Austin Rating. A expansão da atividade econômica fez o Brasil ultrapassar, em tamanho do PIB em dólares, as economias de Canadá e Rússia. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**), disse nesta sexta-feira, que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado superou as previsões iniciais não apenas do mercado, mas também do governo, que estava mais otimista no começo de 2023. Ele reiterou ainda a previsão de crescimento de 2,2% para 2024, apontando uma tendência positiva para a indústria e a construção civil. "Se resgatar as primeiras declarações que demos, era que o PIB seria superior a 2%. E nós quase chegamos a 3% de crescimento", afirmou o ministro ao comentar a alta de 2,9% do PIB em 2023. A desaceleração econômica no segundo semestre, como efeito dos juros altos, não foi suficiente para impedir um crescimento do PIB ao redor de 3%, conforme pontuou Haddad. Embora antecipe que a atividade vai andar de lado no primeiro trimestre, o ministro disse que a economia deve reagir ao longo do ano, como reflexo dos efeitos da queda dos juros. Conforme Haddad, a inflação mais.

LESA PÁTRIA

Empresários presos ainda acreditam no golpe, diz PF

Na representação ao ministro Alexandre de Moraes para deflagração da 25ª etapa da Operação Lesa Pátria, na quinta-feira passada, delegados que investigam 8 de Janeiro defenderam necessidade da prisão de sócios de rede atacadista sob argumento de que ainda acreditam e pregam que houve fraudes nas eleições de 2022; PGR se opôs à custódia preventiva dos investigados. Os delegados responsáveis pela Operação Lesa Pátria evocaram a crença de investigados na 'legitimidade' da intentona golpista do 8 de janeiro, mesmo um ano após o evento, para justificar a prisão de supostos financiadores de atos antidemocráticos na 25ª etapa da ofensiva, aberta na quinta-feira. PÁGINA 5

COLÔMBIA

WIKIPÉDIA

Petro diz que Netanyahu promove genocídio em Gaza

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro (**foto**), anunciou, nesta sexta-feira, que o país vai suspender a compra de armas de Israel. Em publicação no X (antigo Twitter), o líder colombiano disse que o governo do premiê israelense, Benjamin Netanyahu, promove um "genocídio" na Faixa de Gaza, em uma reminiscência do "holocausto". "A morte de mais de cem palestinos enquanto lutam por comida é chamada de genocídio", disse, em um outro registro no X. "Há uma necessidade de a sociedade deter o genocídio para não se repetir o que aconteceu na Europa entre 1939 e 1945", disse Petro, depois de convocar una reunião com os países da região para discutir a guerra no Oriente Médio. PÁGINA 6

INDICADORES

IBOVESPA: 0,12% / 129.180,37 / 160,35 / Volume: R$ 21.465.071.065 / Negócios: 3.714.477

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
CASAS BAHIA ON NM	9.720	+7.52	+0.680
EMBRAER ON NM	25.88	+5.94	+1.45
LOJAS RENNERON NM	16.63	+5.25	+0.83
MAGAZ LUIZA ON NM	2.22	+4.23	+0.09
GERDAU PN N1	22.43	+4.33	+0.93

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
SAO MARTINHOON NM	27.01	–4.56	–1.29
CARREFOUR BRON NM	11.68	–3.39	–0.41
P.ACUCAR-CBDON NM	3.88	–3.72	–0.15
B3 ON ED NM	12.42	–3.20	–0.41
ENGIE BRASILON NM	41.00	–2.43	–1.02

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	66.88	–0.16	–0.11
PETROBRAS PN ATZ N2	40.18	+0.10	+0.04
B3 ON ED NM	12.42	–3.20	–0.41
AMBEV S/A ON	12.44	–1.11	–0.14
GERDAU PN N1	22.43	+4.33	+0.93

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	39.087,38	+0,23
NASDAQ Composite	16.274,941	+1,14
CAC 40	7.934,17	+0,09
FTSE 100	7.682,5	+0,69
DAX	17.735,07	+0,32
Ftse Mib	32.901,09	+0,98

Salário mínimo	R$ 1.412,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (01/02)	11,25%
Poupança 3 (02/03)	0,5083%
TR (02/03)	0,0083%
IGP-M	-0,52% (fev.)
IPCA 15	0,78% (fev.)
CDI (01/02)	11,15%
OURO BM&F/grama	R$ 333,17
EURO Comercial	Compra: 5,3704 Venda: 5,3710
EURO turismo	Compra: 5,4255 Venda: 5,6055
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,9596 -0,36%
DÓLAR comercial	Compra: 4,9541 Venda: 4,9547
DÓLAR turismo	Compra: 4,9791 Venda: 5,1591

MERCADOS

Bovespa sobe 0,12%, a 129,1 mil pontos, mas cede 0,18% na semana

LUÍS EDUARDO LEAL

Em dia bem mais positivo em Nova York do que na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) iniciou março pouco acima da estabilidade, em leve alta de 0,12%, aos 129.180,37 pontos, em sessão na qual o destaque foi o PIB brasileiro de 2023, em expansão de 2,9%. Em Nova York, os ganhos da sessão chegaram a 0,8% e 1,14% para S&P 500 e Nasdaq, com avanço de 0,95% e 1,74% na semana, pela ordem.

Por sua vez, na semana, o Índice Bovespa (Ibovespa) cedeu 0,18%, não conseguindo estender a série positiva pela quarta semana - um avanço muito contido no intervalo anterior, que resultou em alta de 0,99% para o Ibovespa em fevereiro, após tombo de 4,79% em janeiro. O giro desta sexta-feira, em que o índice oscilou dos 128.717,01 aos 129.715,512, ficou em R$ 21,2 bilhões. No ano, a Bolsa cai 3,73%.

Pesou sobre o desempenho do índice da B3 na semana a correção nas ações de Petrobras, especialmente após o presidente da empresa, Jean Paul Prates, ter lançado dúvidas sobre a distribuição de dividendos extraordinários que o mercado vinha antecipando. Assim, sem sinal único nesta sessão (ON -0,02%, PN +0,10%), a ação ordinária acumulou perda de 5,52% na semana e a preferencial, de 4,11% - no ano, ainda sobem, respectivamente, 5,72% e 7,89%.

Outro peso-pesado do índice, Vale ON, seguiu em baixa de 0,16% nesta sexta-feira, acumulando perda de 0,74% na semana e de 13,37% no ano. O preço do minério caiu nesta sexta-feira 1,75% em Dalian, China.

Por outro lado, as ações do setor financeiro, em geral, tiveram desempenho moderadamente positivo, hoje, contribuindo para o leve ganho do Ibovespa na sessão - destaque para alta de 0,81% em Bradesco ON e de 0,44% para Itaú PN, mas também para a forte queda da ação da B3 (-3,20%), na mínima do dia no fechamento

Na ponta ganhadora entre as 86 ações da carteira Ibovespa, destaque nesta sexta-feira para Casas Bahia (+7,52%), Embraer (+5,94%) e Lojas Renner (+5,25%). No lado oposto, São Martinho (-4,56%), Pão de Açúcar (-3,72%) e Carrefour (-3,39%).

DÓLAR CAI 0,35%

Após dois pregões seguidos de alta, em que superou o nível de R$ 4,97 no fechamento, o dólar à vista voltou a cair no mercado doméstico de câmbio nesta sexta-feira. Com máxima a R$ 4,9467 e mínima a R$ 4,9465, a divisa fechou cotada a R$ 4,9553, em queda de 0,45%, encerrando a semana com desvalorização de 0,76%. No ano, o dólar ainda apresenta ganhos de 2,11%.

PIB/RANKING

Com alta de 2,9%, economia brasileira assume 9ª posição

DANIELA AMORIM
E GABRIEL VASCONCELOS/AE

A alta de 2,9% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2023 fez o País subir duas posições no ranking de maiores economias do mundo, passando da 11ª colocação em 2022 para a 9º posição no ano passado, de acordo com os cálculos da agência de classificação de risco Austin Rating. A expansão da atividade econômica fez o Brasil ultrapassar, em tamanho do PIB em dólares, as economias de Canadá e Rússia.

O primeiro lugar no ranking de maiores economias do mundo em 2023 permaneceu com Estados Unidos, seguido por China, Alemanha, Japão, Índia, Reino Unido, França, Itália, Brasil e Canadá. Em guerra com a Ucrânia, a Rússia deixou o grupo de dez maiores PIBs mundiais, caindo para a 11ª posição. Os cálculos da Austin Rating consideram estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Brasil alcançou a 14ª colocação no ranking de melhor desempenho do crescimento do PIB no ano de 2023 ante 2022. A lista feita pela Austin Rating inclui 54 países com estimativas já conhecidas.

Os melhores desempenhos no ano foram da Mongólia (7,1%), Índia (6,7%), Irã (6,4%), Malta (5,6%), Filipinas (5,6%), China (5,2%), Indonésia (5%), Vietnã (5%), Turquia (4,5%) e Islândia (4,2%). Os Estados Unidos cresceram 2,5%; a economia da Alemanha recuou 0,3%; e o Japão teve expansão de 1,9%.

No quarto trimestre de 2023 ante o terceiro trimestre de 2023, o PIB brasileiro ficou estável (0,0%). Os dados oficiais das Contas Nacionais foram divulgados nesta sexta-feira, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na lista de desempenho da atividade econômica no trimestre, que inclui informações de 47 países, o Brasil ficou na 35ª colocação.

Haddad diz que alta do PIB surpreendeu até os mais otimistas dentro do governo

EDUARDO LAGUNA E
FRANCISCO CARLOS DE ASSIS/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta sexta-feira, que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no ano passado superou as previsões iniciais não apenas do mercado, mas também do governo, que estava mais otimista no começo de 2023. Ele reiterou ainda a previsão de crescimento de 2,2% para 2024, apontando uma tendência positiva para a indústria e a construção civil.

"Se resgatar as primeiras declarações que demos, era que o PIB seria superior a 2%. E nós quase chegamos a 3% de crescimento", afirmou o ministro ao comentar a alta de 2,9% do PIB em 2023. A desaceleração econômica no segundo semestre, como efeito dos juros altos, não foi suficiente para impedir um crescimento do PIB ao redor de 3%, conforme pontuou Haddad.

Embora antecipe que a atividade vai andar de lado no primeiro trimestre, o ministro disse que a economia deve reagir ao longo do ano, como reflexo dos efeitos da queda dos juros. Conforme Haddad, a inflação mais comportada mantém um espaço ainda bom para o Banco Central (BC) seguir cortando a Selic.

"Organizando as contas públicas, por um lado, e a política monetária atuando na mesma direção, temos condição de manter a projeção de 2,2% de crescimento neste ano. Tem gente falando em mais. Nós estamos sendo comedidos aqui", disse o ministro, ponderando que a herança estatística recebida por 2024, a chamada taxa de carrego, é menor do que se esperava pela desaceleração do segundo semestre.

Conforme Haddad, há sinais consistentes de que haverá uma melhora no desempenho da indústria, e a construção civil tem tudo para deslanchar neste ano. Ele mencionou o marco de garantias, que visa reduzir o custo do crédito, ao apresentar uma visão otimista sobre as vendas de veículos e imóveis.

Em paralelo, emendou o ministro, a agricultura, frente às adversidades climáticas e barreiras comerciais no exterior, vem buscando ser mais produtiva a cada ano.

RATING

Fitch: deterioração fiscal nos EUA pode levar a rebaixamento

GABRIEL TASSI LARA/AE

A Fitch alerta para uma deterioração fiscal nos Estados Unidos, apesar do crescimento econômico sólido do país. Embora a agência tenha mantido o rating dos EUA inalterado em "AA+", com perspectiva estável, ela destaca que a classificação de crédito da maior economia do mundo pode ser rebaixada em caso de aumento acentuado nas dívidas do governo geral, ou caso seja registrado um 'declínio na credibilidade' de política macroeconômica do país.

Segundo a agência de classificação de risco, o déficit do governo geral de 2023 deve ter ficado em torno de 8,8% do Produto Interno Bruto (PIB) americano, o que indica um aumento "robusto" em comparação aos 3,7% do PIB registrados em 2022. Essa diferença entre os anos ignora, inclusive, o perdão de empréstimos estudantis pelo governo, que pesou sobre o PIB em 2022. Para 2024, a previsão é de que o déficit do governo geral desacelere a 8% do PIB no ano.

A nota da agência destaca que foi registrada uma grande queda nas receitas do governo em 2023, impulsionada por um aumento na carga de juros, mas as receitas devem voltar à média histórica neste ano, embora as taxas de juros mais elevadas tendam a continuar puxando o déficit para cima, a ponto de acelerá-lo a 8,2% em 2025 outra vez.

Enquanto a dívida pública também avança em relação ao PIB nos Estados Unidos, a Fitch escreve que há um governo cada vez mais dividido no país, o que impede progressos no processo orçamentário. A agência prevê que a relação dívida/PIB progrida a 120,7% até o fim de 2025, o que, além de muito elevado, indica uma aceleração. A falta de uma âncora orçamentária tem impedido que o governo se prepare para problemas de médio prazo, como o envelhecimento da população que é parte de programas de despesas obrigatórias. A nota afirma que o vencedor das eleições presidenciais de 2024 terá que aprovar e implementar uma nova legislação, visto que a suspensão do limite da dívida expira em dezembro de 2024.

A Fitch também escreve que, para que haja uma elevação no rating americano, o governo deve implementar um ajuste fiscal para combater o aumento das despesas obrigatórias, ou encontrar receitas adicionais que resultem no declínio da dívida pública em relação ao PIB. Além disso, uma "melhora sustentada" na governança poderia resultar em maior estabilidade fiscal na maior economia do mundo.

CNA estima queda de 0,5% a 1% no PIB da agropecuária em 2024

ISADORA DUARTE/AE

A Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) prevê queda de 0,5% a 1% do Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária neste ano, ante crescimento de 15,1% em 2023. A estimativa da entidade é preliminar e deve ser revisada após os resultados anuais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta sexta-feira. "O recuo será muito em virtude da produção menor de grãos, além do impacto do aumento no consumo intermediário, que pressiona os custos de produção", disse o coordenador do Núcleo Econômico da CNA, Renato Conchon, ao *Estadão/Broadcast*. Os grãos representam a maior fatia do desempenho da agropecuária e, portanto, variações na produção afetam o resultado geral do setor. Para o PIB nacional, a CNA projeta, em estimativa preliminar, crescimento de 1,7% neste ano, número que também será revisado posteriormente.

A CNA avalia que o crescimento de 15,1% do PIB da agropecuária no ano passado foi "bom". Segundo os cálculos da confederação, a agropecuária respondeu por 44% do crescimento do PIB Brasil. "Se não fosse o PIB da agropecuária, o Brasil teria crescido apenas 1,6% ante 2,9% do resultado obtido", avaliou Conchon.

O crescimento do PIB do agro deve-se sobretudo à maior produção de soja e milho, com avanço de 27,1% da soja, 22% do milho segunda safra e 16,3% do café arábica. "O resultado foi bastante positivo, sobretudo pelo aumento da produtividade", apontou. Entre as contribuições negativas, a CNA destacou a queda de 22,8% do trigo e 7,4% da laranja, acompanhando as menores safras.

PARTICIPAÇÃO

Com o desempenho do PIB Agro muito acima do crescimento nacional, a agropecuária aumentou sua participação no resultado do País de 6,8% em 2022 para 7,2% no último ano. "A alta na participação deve-se porque o agro cresceu muito mais que outros setores, enquanto outros setores perderam participação e até deixaram de crescer, como a indústria da transformação", avaliou Conchon.

MDIC

Alckmin: economia foi positiva; exportação cresceu 10 vezes mais

AMANDA PUPO/AE

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, afirmou nesta sexta-feira, que o cenário da economia é positivo, após o PIB brasileiro ter registrado crescimento de 2,9% no ano passado. A declaração foi dada em coletiva de imprensa depois da reunião do Conselho de Administração da Suframa. Assim como outros integrantes do governo, Alckmin lembrou que as expectativas iniciais para a alta do PIB em 2023, de avanço de 0,8%, eram muito mais baixas que a realizada.

O vice-presidente citou uma série de indicadores que registraram melhora durante o ano passado, como a queda da inflação, do risco-Brasil e do desemprego. "Risco Brasil, que era 254, caiu para 128. A inflação, que era quase 6%, caiu para 4,5%, dentro do teto da meta. A bolsa subiu, o PIB subiu, o emprego subiu, e o dólar e a inflação caíram", disse Alckmin.

Ele ainda destacou o desempenho da balança comercial brasileira, que, segundo ele, em nível de exportação, cresceu dez vezes mais que a média mundial. "No comércio exterior, o volume cresceu 0,8%. No Brasil cresceu em volume 8,5%, dez vezes mais em termos de volume de exportação que a média mundial", disse.

O ministro da Indústria ponderou, contudo, que esse cenário não deve levar o governo a se "acomodar", mas sim trabalhar mais para atrair investimentos e melhorar produtividade. Nesse sentido, Alckmin citou iniciativas de seu ministério, como o programa de depreciação acelerada, que visa incentivar a compra de maquinário pela indústria, e a proposta de criação de uma Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD), objeto de um projeto de lei enviado pelo governo ao Congresso no fim do ano passado.

"Vamos ter linha de crédito para indústria, LCD, dinheiro mais barato, porque na letra de crédito reduz imposto de renda", comentou Alckmin, lembrando ainda dos recursos reservados para pesquisa e inovação.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

REVISÃO

Governo tem proposta para negociar dívidas com países

FRANCISCO CARLOS DE ASSIS E EDUARDO LAGUNA/AE

O governo brasileiro, que na Trilha de Finanças do G20 pautou a renegociação das dívidas de países mais pobres, está na fase final de um trabalho de consolidação dos números para também renegociar as dívidas que outras economias têm com o Brasil. A informação foi dada nesta sexta-feira, pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista coletiva à imprensa no gabinete da pasta na capital paulista.

A proposta brasileira foi elogiada por ministros de finanças de outros países, com os quais o *Broadcast* (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) conversou ao longo dos três dias de G20.

"Na verdade, essa questão ficou parada no governo brasileiro durante muitos anos. Não havia interesse em resolver o problema com os países devedores. E o Brasil é um dos países credores que menos crédito tem em relação a economias de mais baixa renda. Se você pegar o que a China tem a receber na África, são valores muito mais consideráveis. Mas nós estamos, nesse momento, terminando o trabalho de consolidação da dívida", disse informou o ministro.

De acordo com ele, este trabalho está sendo feito agora porque ao longo dos últimos cinco ou seis anos nada foi feito neste sentido. "Então, estamos consolidando esses números para poder sentar e negociar as dívidas. Mas seria bom que nós tivéssemos um arcabouço global. Há um problema global de dívida. Não é uma coisa restrita a alguns países", ponderou.

Segundo Haddad, se questiona muito sobre o que vai fazer com a dívida do país A ou B. "Mas não é A ou B", diz ele acrescentando que tem muitos países endividados hoje e que estão com risco de default.

"Muitos já estão nessa condição. E não tem perspectiva de sair dessa situação. Só para vocês terem uma ideia, o serviço da dívida da África saltou para mais de US$ 70 bilhões por ano. Imagina o continente, que tem 54 países como a África, pagar em serviço da dívida de US$ 74 bilhões por ano. Então, o problema é global. Não é um problema que o Brasil tem que enfrentar", sugeriu o ministro da Fazenda.

E é por isso, segundo ele, que o Brasil está aproveitando a presidência do G20 para levar a consideração. "Ali estão os credores. Tanto os países credores quanto os organismos internacionais credores que têm o G20 como membros", disse Haddad.

ZONA FRANCA

Conselho aprova projetos industriais da ordem de R$ 1,2 bi

SHEYLA SANTOS/AE

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) informou nesta sexta-feira, que o Conselho de Administração da Zona Franca de Manaus aprovou 33 projetos industriais e de serviços para a região Amazônica, que somam investimentos de R$ 1,2 bilhão, tem projeção de faturamento de R$ 6,4 bilhões. A previsão é de que as iniciativas gerem 1.084 empregos.

A lista de projetos avaliados e aprovados, nesta sexta-feira, inclui produção de motocicleta elétrica, bicicleta elétrica, televisor em cores com tela de cristal líquido, e monitor de vídeo com tela de luminescência orgânica (Oled), destinado ao uso em informática e microcomputador portátil.

O maior volume de investimentos projetados, segundo o Mdic, será no setor de eletroeletrônicos, que inclui bens de informática. De acordo com a pasta, oito projetos representam R$ 695 milhões de investimentos projetados, sendo R$ 232 milhões em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) na região da Amazônia Ocidental e no Amapá.

FIESP

Participação da indústria no PIB brasileiro cai para 10,8% em 2023

EDUARDO LAGUNA/AE

Novamente na contramão do crescimento econômico, a indústria de transformação perdeu um pouco mais de peso no Produto Interno Bruto (PIB). Em 2023, a participação do setor em toda a riqueza gerada no País recuou pelo quinto ano seguido, ficando em 10,8%.

Apresentado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) após a divulgação, pela manhã, dos resultados finais do PIB de 2023, o porcentual é o menor de toda a série estatística, iniciada em 1996, quando a indústria era 17% do PIB. De lá para cá, essa parcela caiu para 12,2% em 2018, mantendo-se em tendência de queda nos anos seguintes até ficar pela primeira vez abaixo de 11% no ano passado.

Em 2023, como mostrou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria de transformação encolheu 1,3%, a sétima queda dos últimos dez anos, ao passo que o PIB geral, na soma de todas as atividades econômicas, subiu 2,9%. Com a perspectiva de melhora nas condições de crédito, após o aperto dos juros atingir as vendas de bens duráveis, como carros e eletrodomésticos, além dos investimentos em máquinas, a indústria aposta numa reação em 2024.

A previsão do departamento responsável pelos estudos econômicos da Fiesp é de crescimento de 1% do produto gerado pela indústria de transformação neste ano. Ainda assim, o setor não deve acompanhar, de novo, o desempenho da atividade econômica como um todo, que nas previsões da Fiesp deve ser de uma alta de 1,8%.

O prognóstico se baseia na tendência de crescimento do consumo, além da expansão do crédito, da desinflação, do mercado de trabalho aquecido, do reajuste do salário mínimo e da injeção de recursos do pagamento de R$ 93 bilhões em precatórios. Fora isso, espera-se que as políticas industriais, com estímulos à modernização das fábricas, mais as obras de prefeituras em meio à corrida das eleições municipais, impulsionem as vendas de máquinas e equipamentos.

Nos últimos dez anos, a indústria de transformação só cresceu três vezes: 2021, 2018 e 2017. Para a Fiesp, apesar da surpresa em relação às projeções do início de ano, o crescimento da economia em 2023 foi desequilibrado. Em baixa, a indústria de transformação e a construção civil, ambas sensíveis aos juros mais altos, contrastaram com a agropecuária, o setor extrativo e os serviços, responsáveis por puxar o PIB pela ótica da oferta.

AÇO CARBONO

Mdic abre investigação para apurar dumping

AMANDA PUPO/AE

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) iniciou nesta sexta-feira, uma investigação para apurar a existência de dumping nas exportações da China para o Brasil na siderurgia. A circular do Mdic cita especificamente folhas metálicas de aço carbono, ligado ou não ligado, de qualquer largura com espessura inferior a 0,5mm (subitens 7210.12.00, 7210.50.00, 7212.10.00 e 7212.50.90 da NCM).

O plano é averiguar também se há dano à indústria doméstica em razão da prática. O pedido de investigação foi feito pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em outubro do ano passado.

JANEIRO

Produção total de petróleo e gás atinge 4,487 mi de barris

ALANA GANDRA/ABRASIL

A produção total brasileira de petróleo e gás natural atingiu, em janeiro deste ano, 4,487 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d). Somente de petróleo, foram extraídos 3,519 milhões de barris por dia (bbl/d), com queda de 1,8% na comparação com o mês anterior e aumento de 7,5% em relação a janeiro de 2023.

Já a produção de gás natural no primeiro mês do ano foi de 153,93 milhões de metros cúbicos por dia (m^3/d), com redução de 1,7% frente a dezembro e aumento de 7,6% na comparação com janeiro de 2023.

Os dados constam do Boletim Mensal da Produção de Petróleo e Gás Natural, divulgado nesta sexta-feira pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

PRÉ-SAL

Na região do pré-sal, a produção total de petróleo mais gás natural foi de 3,389 milhões de boe/d, em janeiro, correspondendo a 75,5% da produção brasileira. De acordo com a ANP, esse número representa redução de 2,8% em relação ao mês anterior e expansão de 7% na comparação com o mesmo mês de 2023. Foram produzidos 2,670 milhões de bbl/d de petróleo e 114,32 milhões de m^3/d de gás natural, por meio de 148 poços.

O aproveitamento de gás natural em janeiro atingiu 97,1%. Foram disponibilizados ao mercado 52,36 milhões de m^3/d. A queima foi de 4,55 milhões de m^3/d. Houve aumento de 33,9% na queima em relação ao mês anterior e de 13% na comparação com janeiro de 2023. O incremento na queima é comum quando há comissionamento de novas plataformas, o que ocorreu no primeiro mês deste ano, com o início da operação da FPSO Sepetiba, no Campo de Mero.

Os FPSOs (do inglês floating, production, storage and offloading) são unidades flutuantes utilizadas pela indústria petrolífera para a exploração, armazenamento de petróleo ou gás natural e escoamento da produção por navios cisterna.

ORIGEM

Em janeiro, os campos marítimos produziram 97,5% do petróleo e 84% do gás natural. Os campos operados pela Petrobras, sozinha ou em consórcio com outras empresas, responderam por 88% do total produzido. A produção teve origem em 6.639 poços, dos quais 537 são marítimos e 6.102 terrestres.

Superpesa Cia de Transportes Especiais e Intermodais
CNPJ/MF sob o n. 42.415.810.0001-59
Edital de Convocação - Assembleia Geral / Ordináriaextraordinária: A Superpesa Cia de Transportes Especiais e Intermodais, CNPJ/MF nº 42.415.810.0001-59, por meio de seu diretor-presidente, o Sr. João Alberto Machado Alves, torna público e convoca todos os acionistas para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 13/03/2024, às 10h00min, em 1ª convocação, na sede social da Companhia, na Avenida Brasil, nº 42.301, Campo Grande/RJ, CEP 23.078-002, a fim de deliberar sobre as seguintes ordens do dia: (i) alteração de endereço da filial de Guarulhos/SP; e (ii) outros assuntos de interesse da Companhia. Os Acionistas poderão ser representados por terceiros que compareçam com o regular instrumento de procuração. João Alberto Machado Alves - Diretor Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CERVEJA E BEBIDAS EM GERAL, TERCEIRIZADOS EM GERAL, SERVIÇOS GERAIS,ASSEMELHADOS E AFINS DO RIO DE JANEIRO
Rua Barão 776 – Praça Seca - Jacarepaguá – Rio de Janeiro - CEP: 21.321.-622 -Telefones: 2569-2311 / 2569-3397 CNPJ:

Pelo presente Edital, ficam convocados todos os trabalhadores da empresa, **REFRIGERANTES CONVENÇÃO RIO LTDA**, para aprovação ou não das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2024, a realizar se no dia 05 de março de 2024,com qualquer quórum.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024.

Washington Luiz Marcelino dos Santos
Presidente

Tangará Energia S.A.
CNPJ/ME nº 03.573.381/0001-96 – NIRE 33.300.325.131
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária
São convidados os Senhores Acionistas da **Tangará Energia S.A.** a participarem da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará em sua sede social, Na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º, sala 16, Jacarepaguá, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.775-028 (Referência: entrada pela Av. Antonio Gallotti), às 14:00 horas do dia 08 de março de 2024, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (i) ratificar a nomeação dos peritos avaliadores contratados para preparação do Laudo de Avaliação, para fins da cisão parcial da Companhia; (ii) examinar, discutir e aprovar os termos e condições do Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da Companhia; (iii) examinar, discutir e aprovar o Laudo de Avaliação preparado peritos avaliadores e, caso aprovada a Cisão Parcial, aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia; (iv) discutir e aprovar a Cisão Parcial da Companhia, proporcional ou desproporcional, com versão da parcela cindida para a sociedade **RNBL I Energética S.A.**, sociedade anônima, com sede na 200, Worldwide Offices, bloco 02, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.173.752/0001-80 (v) autorizar os Diretores da Companhia a promover o arquivamento e publicação dos atos da Cisão Parcial, bem como a praticar todos os atos necessários para a sua consumação e formalização; (vi) consolidar o estatuto social da Companha; e (vii) Instruções e Informações Gerais. Rio de Janeiro, RJ, 28 de fevereiro de 2024. **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – Diretor. (29/02, 01 e 02/03/2024)

Tangará Energia S.A.
CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96 – NIRE 33.300.325.131
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convocados os acionistas da Tangará Energia S.A. ("Companhia"), para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 12 de março de 2024, às 09:00 horas na sede da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Bloco 2, 4º andar, Jacarepaguá, CEP 22775-028 ("Assembleia"), a fim de, nos termos e para fins do art. 253, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), consignar a abertura do prazo para o exercício, pelos acionistas da Companhia que tiverem interesse, do direito de preferência para adquirir **(i)** até 211.912.503 (duzentos e onze milhões, novecentos e doze mil, quinhentos e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas, de emissão da Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.395.349/0001-44, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Bloco 2, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22775-028 ("Rio Grande"); e **(ii)** até 104.484.049 (cento e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas, de emissão da Pequena Central Hidroelétrica Zé Tunin S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.412.280/0001-24, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Bloco 2, 2º e 4º andares, salas 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22775-028 ("Zé Tunin"), na proporção das respectivas participações detidas por cada um dos acionistas no capital social da Companhia, em decorrência da oferta vinculante recebida pela Companhia para a venda da totalidade das ações de emissão da Rio Grande e Zé Tunin detidas pela Companhia. Fica consignado que a consumação do exercício do direito de preferência pelos acionistas da Companhia ocorrerá simultaneamente à consumação da transação descrita na oferta vinculante recebida pela Companhia. **Informações Gerais**: Poderão participar da Assembleia todos os acionistas titulares de ações ordinárias emitidas pela Companhia na data da Assembleia, por si, seus representantes legais ou procuradores, munidos dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes, observado o disposto no art. 126 da Lei das Sociedades por Ações. Para que os acionistas da Companhia possam tomar uma decisão informada sobre o exercício do direito de preferência, encontra-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia a oferta vinculante recebida. Rio de Janeiro, RJ, 4 de março de 2024. **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – Diretor. (02, 05 e 06/03/2024)

LESTE & SUDESTE SERVIÇOS GERAIS LTDA.
CNPJ nº 03.358.040/0001-06 - NIRE 33.2.0634434-9
SEGUNDO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA REUNIÃO DE SÓCIOS QUOTISTAS
Ficam convocados os senhores quotistas da **LESTE & SUDESTE SERVIÇOS GERAIS LTDA.** ("Sociedade"), nos termos do Contrato Social e da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, a se reunirem em Reunião de Sócios Quotistas, sob a forma exclusivamente digital, a ser realizada no dia 13 de março de 2024, às 15:00 horas, por meio da plataforma digital **TEAMS, ID:** 257 080 376 409, **Senha:** Qfy4j9, **LINK**: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NGU4NjUxMTYtMWIxNC00NDBjLTk0NTctZjY4YjkzNWQzODhj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%229c736691-f798-413b-9fe4-18b0fa31ca8c%22%2c%22Oid%22%3a%220e31b141-f300-499e-af25-38afbc3f22ae%22%7d ("Plataforma Digital" e "Reunião", respectivamente), em segunda convocação, a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias constantes na ordem do dia ("Ordem do Dia"): (1) aprovar a inclusão das seguintes atividades ao objeto social da Sociedade: (a) atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural; (b) manutenção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes; (c) obras portuárias, marítimas e fluviais; (d) transporte marítimo de cabotagem – passageiros; (e) transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia; e (f) navegação de apoio marítimo; e (2) Caso aprovada, no todo ou em parte, a inclusão das atividades listadas no item (1) da ordem do dia ao objeto social da Sociedade, aprovar a celebração da 13ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade para (a) alteração da Cláusula 3ª do Contrato Social refletindo a inclusão de atividades conforme aprovadas, e (b) consolidação do Contrato Social da Sociedade. **Informações Gerais:** (1) Documentos à disposição dos quotistas: A proposta de redação da 13ª Alteração ao Contrato Social da Sociedade foi disponibilizada aos quotistas da Sociedade, nesta data, por correio eletrônico (e-mail). (2) Participação na Reunião: A Reunião será realizada de modo exclusivamente digital, sem a possibilidade de comparecimento físico, razão pela qual a participação do quotista somente poderá ser via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos da legislação. Além disso, os quotistas poderão exercer o seu direito de voto mediante o envio do boletim de voto a distância (mediante o qual deverá informar se aprova, rejeita ou abstém-se de votar a ordem do dia, podendo o boletim ser acompanhado de justificativa, manifestação ou documentos que o quotista julgue necessário apresentar). O modelo de boletim de voto a distância foi disponibilizado aos quotistas da Sociedade, nesta data, por correio eletrônico (e-mail). Para comprovar a identidade dos quotistas, será exigido o envio dos seguintes documentos com, no mínimo, trinta minutos de antecedência ao horário estipulado para a abertura dos trabalhos, ao e-mail eduardo@lestesudeste.com.br, com cópia para renata@terrinha.adv.br, com solicitação de confirmação de recebimento: documento de identidade com foto do quotista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração. Não será admitido o acesso à Plataforma Digital dos quotistas ou procuradores que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. O boletim de voto a distância (caso o voto seja exercido desta forma) também deverá ser enviado com, no mínimo, trinta minutos de antecedência ao horário estipulado para a abertura dos trabalhos, ao e-mail eduardo@lestesudeste.com.br, com cópia para renata@terrinha.adv.br, com solicitação de confirmação de recebimento. Rio de Janeiro, 01 de março de 2024. **Leste e Sudeste Serviços Gerais Ltda.** - Eduardo Reich.

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

VERÃO - SÁBADO: Sol com algumas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 29º 21º 85% 06:00 18:34

ZONA SUL

Prefeito bate-boca com moradores em vistoria de obra na Vila Mariana

KARINA FERREIRA/AE

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), bateu boca com moradores da Vila Mariana, na Zona Sul da capital, quinta-feira à tarde. O motivo, da visita do prefeito ao bairro e da confusão, foi a obra de drenagem realizada pela prefeitura na Rua Correia Lemos, que resultou em uma cratera em frente à casa dos moradores. Eles acusam a Subprefeitura da Vila Mariana de ter colocado tapumes e barreiras de segurança no buraco somente na véspera da visita de Nunes.

Durante a discussão, um casal de moradores afirmou que o buraco está aberto desde dezembro de 2023, colocando moradores, inclusive crianças autistas que moram em frente à obra em perigo

O prefeito tentou apaziguar os ânimos, mudando o assunto para a data de finalização da obra. "Em março a obra será entregue, a gente resolve o alagamento e fica tudo bom", disse. O casal argumentou que não era essa a questão da discussão, mas as barreiras de segurança só terem sido instaladas na véspera da visita dele. A mulher carrega uma bandeira do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) amarrada às costas.

Na manhã da visita de Nunes, os tapumes instalados foram pichados com o nome de seu concorrente nas eleições municipais, o deputado Guilherme Boulos (PSOL). Antes de o prefeito chegar para cumprir o compromisso, entretanto, as tábuas com frases como "Fica, vai ter Boulos" e "Boulos prefeito" foram substituídas.

"Já entendi que vocês estão no jogo político. Vocês estão com coisas de PSOL, você pichou o Boulos aqui", disse o prefeito se dirigindo para um morador. "Você me viu pichando? Alguém viu?", questionou o homem. Nunes, então, mudou a acusação, dizendo que tem um vídeo do morador chutando o tapume.

Em seguida, o homem disse "não vai pôr o tapume aqui", e Nunes respondeu, repetidas vezes: "Eu vou pôr o tapume, eu vou pôr o tapume, não é você que vai me dizer para eu por tapume ou não". A discussão foi acompanhada por assessores e aliados do prefeito, além da imprensa que fazia a cobertura da agenda oficial e de moradores da região.

Fotos publicadas por um usuário do X (antigo Twitter) mostram um trecho da obra, com a legenda "só colocaram tapume para cobrir em cano que não ligaram e cobriram com terra, Ricardo Nunes mentiroso". Não há data nas fotos.

Além de fiscalizar a obra de drenagem, o emebedista cumpriu outros compromissos na região. As visitas fazem parte do programa Prefeitura Presente, em que Nunes faz esse tipo de aparição pública em algum local pré-determinado da cidade, inaugurando e fiscalizando obras.

VIOLÊNCIA

PM de Tarcísio já matou 39 pessoas na Baixada Santista

CAMILA BOEHM/ABRASIL

Subiu para 39 o número de pessoas mortas por policiais militares na Baixada Santista, litoral do estado de São Paulo. As mortes ocorreram em supostos confrontos com a polícia desde o dia 2 de fevereiro, quando o policial militar Samuel Wesley Cosmo foi morto em Santos, durante patrulhamento. Na ocasião, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) informou que as polícias Civil e Militar se mobilizaram para localizar e prender os envolvidos no crime.

Na quarta-feira passada, um rapaz foi atingido por tiro de arma de fogo pelos policiais em uma região de mangue do Jardim Rio Branco, em São Vicente. Segundo a SSP, o contexto foi uma troca de tiros entre suspeitos e agentes de segurança. A vítima estava internada no Pronto Socorro Vicentino e morreu quinta-feira passada, totalizando 39 mortes desde fevereiro.

Levantamento do Grupo de Atuação Especial da Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial (Gaesp), do Ministério Público de São Paulo (MPSP), revela um total de 52 mortes em decorrência de intervenção policial nos primeiros 2 meses deste ano, na Baixada Santista. No mesmo período do ano passado, foram dez mortes.

"Todos os casos de mortes em confronto são rigorosamente investigados pela Polícia Civil e Militar, com acompanhamento do Ministério Público e Poder Judiciário", disse a secretaria, em nota.

INÍCIO DAS OPERAÇÕES

O estado de São Paulo deu início à Operação Escudo, na Baixada Santista, após a morte do soldado Patrick Bastos Reis, integrante da equipe das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), baleado e morto em Guarujá, no dia 27 de julho do ano passado. Atualmente, a SSP nomeia a ação na Baixada Santista de Operação Verão. Ambas sob a justificativa de combater o crime organizado na região.

Para a socióloga Giane Silvestre, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), ouvida pela Agência Brasil, é fundamental que não se repita o que aconteceu na Operação Escudo de 2023, que resultou na morte de 28 pessoas em 40 dias de duração.

EPIDEMIA

Chega a 27 o número de mortes por dengue em SP

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

O número de pessoas que morreram em decorrência de dengue neste ano no estado de São Paulo subiu para 27, informou nesta sexta-feira a Secretaria Estadual da Saúde. Estão em investigação 132 óbitos.

Entre os dias 1º de janeiro e nesta sexta, foram confirmados 127.978 casos de dengue em todo o estado, de acordo com o painel de monitoramento da Secretaria de Saúde. Isso representa quase 40% do total de casos registrado em todo o ano passado no estado. Segundo os dados, 77.131 casos estão em investigação.

Por causa do grande número de registros, o governo de São Paulo promoveu nesta sexta o Dia D de combate à doença. Com a participação das secretarias estaduais da Saúde e da Educação, além da Defesa Civil e do Exército Brasileiro, a iniciativa uniu os esforços para orientar a população sobre o combate à doença e alertar para a importância da continuidade da prevenção.

A dengue é uma doença causada por um vírus que é transmitido pelo mosquito Aedes aegypti. Os sintomas mais comuns da doença são febre alta, dor atrás dos olhos, dor no corpo, manchas avermelhadas na pele, coceira, náuseas e dores musculares e articulares. Uma das principais formas de prevenção da dengue é o combate ao mosquito transmissor. Isso pode ser feito eliminando água parada ou objetos que acumulem água como pratos de plantas ou pneus usados.

COTAS

USP barra matrícula de aprovado em Direito

RARIANE COSTA/AE

A Universidade de São Paulo (USP) está sendo processada por barrar a matrícula de Glauco Dalalio do Livramento, de 17 anos, estudante que não foi considerado pardo pela comissão de heteroidentificação da instituição. Glauco havia sido aprovado no curso de Direito por meio do Provão Paulista a partir de cotas reservadas para pretos, pardos e indígenas (PPI's). A USP não comentou o caso.

No documento que detalha a decisão da comissão, o estudante é descrito como um candidato de "pele clara, boca e lábios afilados, cabelos lisos, não apresentando o conjunto de características fenotípicas de pessoa negra". O caso foi revelado pela *Folha de S. Paulo* e confirmado pelo *Estadão*. Nesta semana, um caso similar no curso de Medicina também veio à tona.

Ordilei Lopes do Livramento, pai e representante legal do filho durante o processo, conta que a avaliação aconteceu por vídeo chamada no dia 9 de fevereiro, com a negativa sendo enviada na sequência. "Não demorou nem um minuto essa 'entrevista', em seguida já mandaram o resultado. Não tem como falar que meu filho é branco, meu filho é pardo", afirma.

AVIVA AMBIENTAL S.A.
CNPJ/MF nº 28.799.267/0001-00 - NIRE nº 35300509277

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2024 - 1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 19 do mês de fevereiro de 2024, às 10:00 horas, na sede da Aviva Ambiental S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Arandu, nº 57, 9º andar, conjunto 94, Brooklin, CEP 04562-030. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, parágrafo quarto, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do art. 1.072, parágrafo segundo, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica no Livro de Presença de acionistas. **3. MESA**: os trabalhos foram presididos pelo(a) Sr(a). Presidente: Alexandre Ferreira Lopes, e secretariados pelo(a) Sr(a). Secretário: Vaney Iori. **4. ORDEM DO DIA**: Foi instalada a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para apreciação e deliberação da seguinte Ordem do Dia: **(a)** a celebração, na qualidade de interveniente anuente, do "*Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser convolada na Espécie* com Garantia Real, com Garantia *Adicional Fidejussória, em série única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, da Verde Ambiental Alagoas S.A.*" ("Escritura de Emissão"), a ser celebrado por e entre a **VERDE AMBIENTAL ALAGOAS S.A.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 44.992.350/0001-57 ("Devedora"), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001- 88, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) ("Agente Fiduciário"), a **CYMI SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 42.471.899/0001-70 ("Cymi") e a Companhia, na qualidade de intervenientes; **(b)** a outorga e constituição de penhor sobre: **(b.1)** 100% (cem por cento) das ações de emissão da Devedora (incluindo, sem limitação, ações ordinárias, ações preferenciais ou de qualquer classe), presentes e futuras, e/ou que venham a ser detidas, recebidas, conferidas, subscritas e/ou adquiridas pela Companhia e/ou que, sob qualquer forma, venham a ser emitidas pela Devedora, inclusive nos termos dos artigos 167, 169 e 170 da Lei das Sociedades por Ações, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, incluindo eventuais ações decorrentes de desmembramentos ou grupamentos das ações, consolidação, fusão, permuta de ações, divisão de ações, reorganização societária, aumento de capital ou, sob qualquer outra forma, que substituam ou decorram das ações originalmente dadas em penhor, conforme previsto no Contrato de Penhor (conforme definido abaixo) ("Ações"); **(b.2)** todos os direitos e/ou ativos econômicos, patrimoniais e/ou políticos inerentes e oriundos às Ações, a qualquer título, existentes ou futuros, incluindo receita, dividendos, lucros, rendimentos, juros sobre capital próprio, reembolso de capital, bonificações, haveres, distribuições, frutos, e quaisquer outros pagamentos ou valores recebidos, a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou pagos à Companhia, em espécie ou em bens, por meio de permuta, venda, recompra de ações, redução de capital, resgates ou qualquer outra forma de alienação das Ações, e todos os demais montantes pagos e a serem pagos como resultado das Ações, ou relacionados a elas, observado o disposto no Contrato de Penhor; **(b.3)** quaisquer direitos de subscrição relacionados às Ações, bem como direitos conversíveis em ações ou bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações relacionados às Ações ("Penhor de Ações"), até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Devedora no âmbito: **(i)** da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Devedora ("Debêntures"), cujo valor total da Emissão será de R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), remunerado juros remuneratórios prefixados correspondentes ao percentual de 6,70% (seis inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, com vencimento em 15 de março de 2049 ("Emissão"), a ser formalizada por meio da Escritura de Emissão; **(ii)** do contrato de financiamento a ser celebrado entre a Devedora e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") na qualidade de credor do respectivo contrato de financiamento ("Financiamento BNDES"); e **(iii)** do contrato de financiamento a ser celebrado entre a Devedora e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") na qualidade de credor do respectivo contrato de financiamento ("Financiamento BNB" e, em conjunto com o Financiamento BNDES e com a Emissão, as "Obrigações Garantidas"), nos termos a serem previstos no *"Instrumento Particular de Penhor de Ações e Outras Avenças"*, a ser celebrado por e entre a Companhia, a Devedora, a Cymi, o Agente Fiduciário e o BNDES, a ser aditado de tempos em tempos, inclusive, para compartilhamento do Penhor de Ações com o BNB ("Contrato de Penhor" e, quando referido em conjunto com a Escritura de Emissão e com o Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), os "Contratos da Oferta"); **(c)** celebração, na qualidade de interveniente anuente, do "*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Estruturação e Distribuição Pública sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser convolada na espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Verde Ambiental Alagoas S.A.*" ("Contrato de Distribuição"), a ser celebrado por e entre a Devedora, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), a Cymi e a Companhia, na qualidade de intervenientes; **(d)** a autorização e delegação de poderes à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, ou por meio de procuradores, tomar as providências e praticar todo e qualquer ato necessário e/ou conveniente à implementação e à outorga, constituição e celebração do Penhor de Ações, incluindo, mas não se limitando a **(d.i)** a contratar os prestadores de serviços que venham a ser necessários para outorga, constituição e celebração do Contrato de Penhor, incluindo, mas não se limitando ao assessor financeiro, assessor legal, entre outros, bem como **(d.ii)** a praticar todos os demais atos necessários à celebração dos Contratos da Oferta, incluindo, eventuais aditamentos aos Contratos de Oferta e todos os demais instrumentos que se façam necessários para fins de formalização e aperfeiçoamento das matérias acima tratadas; e **(e)** a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia direta ou indiretamente por meio de procuradores, com relação a todos os termos e condições aplicáveis à outorga e constituição do Penhor de Ações e celebração dos Contratos da Oferta, bem como todos os demais atos deles decorrentes bem como no âmbito das Obrigações Garantidas, incluindo, mas não se limitando, àqueles em consonância com as deliberações constantes nos itens (a) e (d) acima. **5. DELIBERAÇÕES**: Examinadas e debatidas as matérias constantes da ordem do dia, a sócia representando a totalidade do capital social da Companhia sem quaisquer ressalvas, deliberou o quanto segue: **(a)** aprovar a celebração na qualidade de interveniente anuente da Escritura de Emissão; **(b)** aprovar a outorga e constituição do Penhor de Ações da Devedora, em garantia das Obrigações Garantidas; **(c)** aprovar a celebração na qualidade de interveniente anuente do Contrato de Distribuição; **(d)** autorizar e delegar poderes à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, ou por meio de procuradores, tomar as providências e praticar todo e qualquer ato necessário e/ou conveniente à implementação e à outorga, constituição e celebração do Penhor de Ações, incluindo, mas não se limitando a **(d.i)** a contratar os prestadores de serviços que venham a ser necessários para outorga, constituição e celebração do Contratos de Penhor, incluindo, mas não se limitando ao assessor financeiro, assessor legal, entre outros, bem como **(d.ii)** a praticar todos os demais atos necessários à celebração dos Contratos da Oferta, incluindo, eventuais aditamentos aos Contratos da Oferta e todos os demais instrumentos que se façam necessários para fins de formalização e aperfeiçoamento das matérias acima tratadas; e **(e)** ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia direta ou indiretamente por meio de procuradores, com relação a todos os termos e condições aplicáveis à outorga e constituição do Penhor de Ações e celebração dos Contratos da Oferta, bem como todos os demais atos deles decorrentes bem como no âmbito das Obrigações Garantidas, incluindo, mas não se limitando, àqueles em consonância com as deliberações constantes nos itens (a) e (d) acima. **6. ENCERRAMENTO:** Encerradas as discussões, nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, a qual, após lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada e lavrada em livro próprio. São Paulo, 19 de fevereiro de 2024. Mesa: Alexandre Ferreira Lopes - **Presidente**; Vaney Iori - **Secretário**. Acionistas: **GUARAPUVU ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA. -** Carlos José Teixeira Berenhauser; **TIPUANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA. -** Alexandre Ferreira Lopes; **AVIVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA -** Gestora: 4i Capital Ltda. - Igor Jefferson Lima Clemente; **CONGEM INVESTIMENTOS S/A -** Vaney Iori Luigino Iori Filho. **Anexo I - AVIVA AMBIENTAL S.A.** CNPJ n.º 28.799.267/0001-00 - NIRE 35.300.509.277 - **LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS À ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AVIVA AMBIENTAL S.A., REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2024. - GUARAPUVU ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA.**, devidamente inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas, sob o nº 28.432.635/0001-87, NIRE nº 3523071526- 4, com sede à Rua Itapaiuna, nº 1.165, Casa 14, CEP 05707-001, neste ato por seu representante legal CARLOS JOSÉ TEIXEIRA BERENHAUSER, brasileiro, natural da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, casado, engenheiro civil, devidamente cadastrado no CPF/MF sob o nº 191.840.338-43; **TIPUANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA.**, devidamente inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas, sob o nº 28.422.562/0001-42, NIRE nº 3523071472- 1, com sede na Rua Itapaiuna, nº 1.165, Casa 12, CEP 05707-001, neste ato por seu representante legal ALEXANDRE FERREIRA LOPES, brasileiro, natural da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, casado, engenheiro químico, devidamente cadastrado no CPF/MF sob o nº 148.656.908-08; **AVIVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA**, devidamente inscrito no CNPJ/ME sob o nº 41.714.441/0001-32, administrado por PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., devidamente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 00.806.535/0001-54, e neste ato representado por sua gestora 4i CAPITAL LTDA., devidamente inscrita no CNPJ/ME sob nº 11.402.234/0001-81, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, n. 1030, 23º andar, Escritório n.2304, Sala Rio Negro, Condomínio Stadium, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP. 06454-000, neste ato por seu representante legal IGOR JEFFERSON LIMA CLEMENTE, brasileiro, natural da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, casado, advogado, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 321.797.688-69; **CONGEM INVESTIMENTOS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, com sede social à Rua Aristides Ricciluca, nº 104, Sala 06, Parque Santa Bárbara, CEP 13977-110, Cidade de Itapira, Estado de São Paulo, inscrita perante o CNPJ/ME sob o nº 28.696.715/0001-40, neste ato representada por seu representante legal VANEY IORI, brasileiro, natural da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, solteiro, empresário, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 318.156.138- 07. São Paulo, 19 de fevereiro de 2024. **GUARAPUVU ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA. -** Carlos José Teixeira Berenhauser; **TIPUANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO LTDA. -** Alexandre Ferreira Lopes; **AVIVA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES INFRAESTRUTURA -** Gestora: 4i Capital Ltda. - Igor Jefferson Lima Clemente; **CONGEM INVESTIMENTOS S/A -** Vaney Iori.

AVIVA AMBIENTAL S.A.
CNPJ nº 28.799.267/0001-00 - NIRE 35.300.509.277

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2024 - Data, Hora e Local: No dia 19 do mês de fevereiro de 2024, às 09:00 horas, na sede social, na Rua Arandu, nº. 57, 9º andar, Conjunto 94, Brooklin, Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo, CEP 04.562-030. **Convocação e Publicação:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos Membros do Conselho de Administração, conforme assinaturas. **Quórum de Instalação:** Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente da Mesa: Alexandre Ferreira Lopes e Secretário: Vaney Iori. **ORDEM DO DIA:** Opinar sobre: **(a)** a celebração, na qualidade de interveniente anuente, do "*Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser convolada na Espécie* com Garantia Real, com Garantia *Adicional Fidejussória, em série única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, da Verde Ambiental Alagoas S.A.*" ("Escritura de Emissão"), a ser celebrado por e entre a **VERDE AMBIENTAL ALAGOAS S.A.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 44.992.350/0001-57 ("Devedora"), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) ("Agente Fiduciário"), a **CYMI SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 42.471.899/0001-70 ("Cymi") e a Companhia, na qualidade de intervenientes; **(b)** a outorga e constituição de penhor sobre: **(b.1)** 100% (cem por cento) das ações de emissão da Devedora (incluindo, sem limitação, ações ordinárias, ações preferenciais ou de qualquer classe), presentes e futuras, e/ou que venham a ser detidas, recebidas, conferidas, subscritas e/ou adquiridas pela Companhia e/ou que, sob qualquer forma, venham a ser emitidas pela Devedora, inclusive nos termos dos artigos 167, 169 e 170 da Lei das Sociedades por Ações, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, incluindo eventuais ações decorrentes de desmembramentos ou grupamentos das ações, consolidação, fusão, permuta de ações, divisão de ações, reorganização societária, aumento de capital ou, sob qualquer outra forma, que substituam ou decorram das ações originalmente dadas em penhor, conforme previsto no Contrato de Penhor (conforme definido abaixo) ("Ações"); **(b.2)** todos os direitos e/ou ativos econômicos, patrimoniais e/ou políticos inerentes e oriundos às Ações, a qualquer título, existentes ou futuros, incluindo receita, dividendos, lucros, rendimentos, juros sobre capital próprio, reembolso de capital, bonificações, haveres, distribuições, frutos, e quaisquer outros pagamentos ou valores recebidos, a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou pagos à Companhia, em espécie ou em bens, por meio de permuta, venda, recompra de ações, redução de capital, resgates ou qualquer outra forma de alienação das Ações, e todos os demais montantes pagos e a serem pagos como resultado das Ações, ou relacionados a elas, observado o disposto no Contrato de Penhor; **(b.3)** quaisquer direitos de subscrição relacionados às Ações, bem como direitos conversíveis em ações ou bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados de ações ou outros valores mobiliários conversíveis em ações relacionados às Ações ("Penhor de Ações"), até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Devedora no âmbito: **(i)** da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Devedora ("Debêntures"), cujo valor total da Emissão será de R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), remunerado juros remuneratórios prefixados correspondentes ao percentual de 6,70% (seis inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, com vencimento em 15 de março de 2049 ("Emissão"), a ser formalizada por meio da Escritura de Emissão; **(ii)** do contrato de financiamento a ser celebrado entre a Devedora e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") na qualidade de credor do respectivo contrato de financiamento ("Financiamento BNDES"); e **(iii)** do contrato de financiamento a ser celebrado entre a Devedora e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") na qualidade de credor do respectivo contrato de financiamento ("Financiamento BNB" e, em conjunto com o Financiamento BNDES e com a Emissão, as "Obrigações Garantidas"), nos termos a serem previstos no *"Instrumento Particular de Penhor de Ações e Outras Avenças"*, a ser celebrado por e entre a Companhia, a Devedora, a Cymi, o Agente Fiduciário e o BNDES, a ser aditado de tempos em tempos, inclusive, para compartilhamento do Penhor de Ações com o BNB ("Contrato de Penhor" e, quando referido em conjunto com a Escritura de Emissão e com o Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), os "Contratos da Oferta"); e **(c)** celebração, na qualidade de interveniente anuente, do "*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Estruturação e Distribuição Pública sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser convolada na espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da Verde Ambiental Alagoas S.A.*" ("Contrato de Distribuição"), a ser celebrado por e entre a Devedora, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), a Cymi e a Companhia, na qualidade de intervenientes. **Deliberações:** após examinar e discutir, os conselheiros deliberaram, por unanimidade dos votos dos presentes e sem quaisquer restrições: **(a)** Opinar favorável à celebração na qualidade de interveniente anuente da Escritura de Emissão; **(b)** Opinar favorável à outorga e constituição do Penhor de Ações da Devedora, em garantia das Obrigações Garantidas; e **(c)** Opinar favorável à celebração na qualidade de interveniente anuente do Contrato de Distribuição. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, tendo-se antes redigido e feito lavrar esta ata, sendo devidamente assinada. *Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no livro próprio.* São Paulo - SP, 19 de fevereiro de 2024. **Alexandre Ferreira Lopes - Presidente; Vaney Iori - Secretário. Conselheiros**: Alexandre Ferreira Lopes; Carlos José Teixeira Berenhauser; Vaney Iori; Eduardo Bortholosi Cerquetani; Luigino Iori Filho; Igor Jefferson Lima Clemente.

PF

Empresários presos ainda mantêm 'crença no golpe'

PEPITA ORTEGA/AE

Na representação ao ministro Alexandre de Moraes para deflagração da 25ª etapa da Operação Lesa Pátria, na quinta-feira passada, delegados que investigam 8 de Janeiro defenderam necessidade da prisão de sócios de rede atacadista sob argumento de que ainda acreditam e pregam que houve fraudes nas eleições de 2022; PGR se opôs à custódia preventiva dos investigados.

Os delegados responsáveis pela Operação Lesa Pátria evocaram a crença de investigados na 'legitimidade' da intentona golpista do 8 de janeiro, mesmo um ano após o evento, para justificar a prisão de supostos financiadores de atos antidemocráticos na 25ª etapa da ofensiva, aberta na quinta-feira.

O argumento consta do pedido de prisão preventiva de dois dos principais alvos da mais recente fase da Lesa Pátria. A PF destacou como Joveci Xavier de Andrade e Adauto Lúcio de Mesquita, sócios da rede de supermercados Melhor Atacadista, ainda acreditam na intentona golpista, com amparo na narrativa de 'suposta ocorrência de fraudes nas eleições, da necessidade de impedir a existência, mediante intervenção das forças armadas, do governo eleito, e da justeza de promover constrangimento ou mesmo impedir o funcionamento do STF'.

Nessa linha, a prisão preventiva dos empresários foi solicitada sob o argumento de que não é 'conveniente descartar a possibilidade de eles voltarem a cometer ilícitos contra o Estado Democrático de Direito e de Incitação ao crime'. A Procuradoria-Geral da República foi contra as detenções, mas o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, acolheu o pedido da PF.

"A liberdade de alguém que comprovadamente participou de atos criminosos contra os poderes da República atenta contra a credibilidade do Poder Judiciário, por não adotar medidas tempestivas e adequadas relativas à persecução criminal", sustentou ainda a corporação.

O pedido da PF culminou na ofensiva que, nesta quinta, 29, buscou provas nas casas de supostos financiadores e organizadores de atos antidemocráticos realizados após as eleições 2022. Os alvos pagaram por um trio elétrico usado em manifestação golpista e angariaram fundos para bloqueios realizados após a vitória do presidente Luiz Inácio Lula Silva.

Três empresários foram presos. Além de Adauto e Joveci, foi capturado Diogo Arthur Galvão, que trabalha em uma empresa do ramo de madeira. Ele transmitiu ao vivo o ato golpista em Brasília, publicando imagens dentro dos prédios públicos invadidos no 8 de janeiro.

Além disso, os investigadores fizeram buscas em sete Estados e no Distrito Federal. Durante as diligências, a PF encontrou, na casa de um empresário em Palmas valores em espécie: US$ 126 mil, R$ 104 mil, além de 20 mil euros. Também apreendeu 70 armas e um veículo Hummer.

GOLPISTAS

STF condena mais 15 réus por ataques em Brasília em 8 de Janeiro

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou nesta sexta-feira mais 15 acusados de participação nos atos golpistas de 8 de janeiro do ano passado.

Por maioria de votos, os ministros aplicaram penas que variam entre 14 e 17 anos de prisão aos acusados, que respondem pelos crimes de associação criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

Todos são acusados de participação nos crimes de associação criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

O julgamento foi realizado na modalidade virtual, na qual não há deliberação presencial, e os ministros inserem os votos no sistema eletrônico do Supremo até o fim do julgamento.

Desde o início dos julgamentos dos envolvidos no 8 de janeiro, o Supremo condenou cerca de 100 investigados.

JULGAMENTO

Descriminalização de drogas para uso pessoal volta à pauta do STF

JULIA CAMIM/AE

O julgamento sobre a descriminalização do porte de drogas para uso pessoal será retomado na próxima quarta-feira. O tema foi incluído na pauta da sessão pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso.

O plenário discute o assunto desde 2015, quando três dos 11 ministros votaram pela descriminalização do porte de maconha para consumo próprio, mantendo como crime a comercialização dessa e de outras drogas. Hoje, o processo conta com cinco votos favoráveis e um contrário.

A ação está a um voto de atingir maioria favorável no plenário. Os ministros ainda precisam definir critérios específicos, como a quantidade específica de maconha permitida para uso pessoal, para diferenciar o usuário do traficante de drogas.

O caso, que julga a constitucionalidade do artigo 28 da Lei das Drogas (Lei 11.343/2006), volta ao plenário após o fim do prazo do pedido de vista, em agosto de 2023, do ministro André Mendonça, que apresentará seu voto.

Até então, já votaram durante o julgamentos os ministros:

- Gilmar Mendes, que se mostrou favorável à descriminalização de qualquer droga para uso pessoal em 2015 e, em agosto de 2023, reajustou o voto, restringindo a decisão ao porte de maconha. Ao justificar a decisão, o ministro afirmou que a criminalização do consumo próprio fere a vida privada, afetando "o direito ao livre desenvolvimento de personalidade para diversas manifestações";

- Edson Fachin, que deu voto favorável à descriminalização apenas do porte de maconha, considerando inconstitucional a punição de pessoas que portem a droga para consumo próprio. Além de enfatizar que aqueles que comercializarem e produzirem maconha devem ser punidos, o ministro disse que a quantidade específica deve ser estabelecida pelo Poder Executivo, até que o Congresso aprove lei sobre o assunto;

- Luís Roberto Barroso, que também votou a favor e propôs o limite de porte de 25 gramas de cannabis, critério adotado por Portugal. O Estadão mostrou que, caso essa seja a quantidade permitida, 31% dos processos por tráfico de drogas com apreensão de maconha poderiam ser reclassificados como porte pessoal e 27% dos condenados poderiam ter os julgamentos revistos. O ministro ainda declarou que não se manifestaria sobre outros tipos de entorpecentes;

- Alexandre de Moraes, que, favorável, propôs o limite de até 60 gramas para o porte de maconha de uso pessoal. O voto do ministro foi baseado em um estudo da Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ), que encontrou diferenças na punição entre pessoas que portavam a mesma quantidade de maconha, mas apresentavam diferenças em relação à classe social, nível de escolaridade e localização geográfica. Para Moraes, a pesquisa revela "injustiças acobertadas pela lei vigente";

- Rosa Weber, hoje aposentada, que deu parecer favorável à liberação do porte de maconha. Por ter assumido seu lugar, o ministro Flávio Dino não vota no caso;

- Cristiano Zanin, que abriu divergência na votação ao dar o primeiro voto contrário à descriminalização do porte de maconha. Para ele, o porte e o uso pessoal devem continuar sendo crimes.

Até o momento, o cultivo de até seis plantas fêmeas de cannabis também pode ser descriminalizado. Para Moraes, Barroso e Zanin, esse porte configura um usuário, e não um traficante. Assim, a atual legislação que criminaliza o porte de drogas para consumo pessoal, submetendo o usuário a inquérito policial, denúncia e processo judicial, poderá ser alterada.

Hoje, apesar de não prever prisão, a lei estabelece o cumprimento de penas alternativas, como a prestação de serviços à comunidade, advertência sobre os efeitos das drogas e comparecimento obrigatório a cursos educativos.

VARGINHA

Queriam matar', conclui PF sobre ação de 32 agentes da PRF

PEPITA ORTEGA
E FAUSTO MACEDO/AE

Os policiais rodoviários federais e os policiais militares que participaram da ação que deixou 26 mortos em Varginha, em 2021, possuíam 'desiderato compartilhado' de alvejar todos os que estavam no local do crime. O grupo entrou em dois sítios da cidade do interior de Minas 'querendo o resultado morte para todos que ali estavam'. Após a execução, os agentes ainda modificaram a cena do crime, para simular um confronto, plantando armas no local e movendo corpos para dificultar as investigações do caso.

Essas são as conclusões da Polícia Federal ao indiciar 16 policiais rodoviários federais e 16 PMs que participaram de operação contra um suposto grupo que pretendia 'executar um grande roubo' em Varginha. Os crimes ocorreram no dia 31 de outubro de 2021. Segundo a PF, por volta das 5h daquele dia, cerca de 40 policiais adentraram o sítio Recanto Dourado em Varginha e mataram 18 pessoas que estariam 'se preparando' para a empreitada. Depois, 12 dos policiais seguiram para um segundo local, o Sítio Lagoinha, onde mataram oito suspeitos.

Após dois anos de investigações, a PF atribui aos agentes os homicídios dolosos cometidos, além do crime de fraude processual Em um relatório de 85 páginas, a corporação detalha quantos projéteis cada PM ou policial rodoviário federal disparou, citando cada um dos envolvidos como autor ou coautor da série de mortes em Varginha.

A PF diz que não há dúvidas: 'todos que ingressaram nas edificações e seus perímetros mais próximos queriam o resultado morte para todos os que ali estavam'. "Há indivíduos que levaram vários tiros provenientes de vários atiradores. Logo, vários queriam as mortes destes. A disposição dos corpos também é clara: a equipe policial foi 'varrendo' o perímetro e abrindo fogo em quem estivesse à frente", indica o relatório.

"Não se sabia quem era quem. Partiu-se da premissa que eram criminosos e deveriam ser alvejados. Quem tentou fugir dos tiros de determinado policial acabou por ser atingido por tiros de outro ou de outros. Nenhum suspeito sobreviveu. Isso porque havia convergência de vontades, havia 'consciente e voluntaria cooperação', 'vontade de participar', 'vontade de coparticipar', 'adesão a vontade de outrem' ou 'concorrência de vontades'", narra a corporação.

Além dos homicídios, os investigadores relatam como os policiais incorreram em 'notória adulteração deliberada dos locais de crime'. Segundo a PF, os agentes moveram corpos e armas com o objetivo de simular uma suposta resistência dos suspeitos, como se eles tivessem resistido à investida policial.

No entanto, os peritos identificaram que os armamentos encontrados nos locais do crime, incluindo uma metralhadora, foram introduzidos na cena posteriormente às mortes. A PF encontrou evidências de que os policiais tinham o 'propósito de inovar ardilosamente o local do crime com vistas a prejudicar as investigações'.

As apurações indicaram ainda que, dos 26 corpos encontrados nos sítios onde ocorreu a operação, dois haviam sido transportados para o local. Segundo os investigadores, esses dois suspeitos seriam responsáveis pela fuga dos criminosos após o eventual roubo e foram interceptados pela polícia na noite anterior à ação policial, para que os agentes obtivessem mais detalhes sobre as bases de onde os supostos criminosos planejavam o roubo

A apuração aponta que os policiais torturaram a dupla, física e psicologicamente, na madrugada do dia 31 de outubro, executaram os suspeitos e então levaram os corpos para o primeiro sítio abordado na operação.

A descrição da PF sobre a dinâmica do crime é a seguinte: os policiais entraram no sítio, arrombaram a porta do local e encontraram os suspeitos correndo 'recém-despertos, desorientados e em desespero, sem entender o que ocorria'. Todos foram alvejados. A equipe avançou e 'eliminou' os suspeitos que estavam nos quartos. O mesmo ocorreu com quem estava na cozinha, na área da piscina e nos andares superiores a casa.

Em seguida, os policiais começaram a procurar as armas que não estavam sob empunhadura dos suspeitos e não foram usadas no combate. Elas estavam em sacos plásticos, dentro de uma caminhonete furtada. "Os policiais pegam as armas, as desembalam e as apresentam como 'instrumento de resistência à ação policial' em um confronto que 'nunca existiu'", ainda de acordo com o relatório da PF.

EUA

Eduardo Bolsonaro concede entrevista mentirosa sobre democracia brasileira

Com críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF), o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) afirmou em entrevista ao jornalista americano Tucker Carlson, ex-apresentador da Fox News, que o Brasil não é uma democracia e um País livre após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Conhecido por ser um apoiador do ex-presidente Donald Trump e por posicionamentos de extrema direita, Carlson diz, na conversa de pouco mais de 20 minutos, que as eleições presidenciais brasileiras de 2022 foram "roubadas".

Questionado por Carlson se considera o Brasil um País livre, Eduardo diz que "pessoas e jornalistas" estão sendo censurados e que há uma perseguição contra apoiadores de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). "Não mais. Temos, de fato, pessoas sendo censuradas, não apenas nas redes sociais. Tem pessoas exiladas vivendo aqui nos Estados Unidos", disse o parlamentar.

Na entrevista, Eduardo acusa o ministro Alexandre de Moraes, do STF, de perseguir aliados de Bolsonaro. "Você sempre corre o risco de ser preso pelo Supremo Tribunal. Para ser honesto, não todo o Supremo Tribunal, mas um juiz chamado Alexandre de Moraes. Ele abriu uma investigação, que dura mais de cinco anos, perseguindo, geralmente, conservadores. No Brasil, não vale mais a pena você apelar. Não tem a quem recorrer. É o Supremo Tribunal processando pessoas. São as vítimas, os acusadores e os juízes de todos, sem distinção. Isso não é mais uma democracia. Infelizmente, não posso mais realmente dizer isso e você não tem onde recorrer ou a quem pedir ajuda", afirmou.

Em um trecho da conversa, o jornalista americano diz que as eleições presidenciais de 2022 foram "manipuladas" e "roubadas" para eleger Lula, sem apresentar comprovações sobre sua declaração. "O que aconteceu no Brasil, Lula venceu em uma eleição que foi, obviamente, manipulada. Está claro que a eleição foi roubada pelo governo Lula. É justo afirmar que, de fora, pareceu roubada", disse o americano.

Repetindo um argumento utilizado por Bolsonaro, Eduardo afirma que não pode dizer que as eleições foram fraudadas, mas também não pode provar que não foram. "Não posso acusar que as eleições foram fraudadas, mas eles também não podem provar que não foram", disse o parlamentar. Em dezembro do ano passado, o Tribunal de Contas da União completou a quarta e a quinta etapas da auditoria que conduziu sobre as eleições de 2022 e confirmou a segurança do sistema eleitoral mais uma vez, concluindo que o Tribunal Superior Eleitoral está de acordo com "as melhores práticas internacionais" e que a probabilidade de fraude é próxima de 0%.

Nota

RORAIMA TEM 45% DO TOTAL DE FOCOS DE QUEIMADAS DO PAÍS EM FEVEREIRO

O estado de Roraima registrou em fevereiro deste ano 2.057 focos de queimadas, segundo dados do Programa de Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O número corresponde a 45% de todos os focos detectados no país no mês passado (4.568). Desde o início do ano, são 2.661 focos de queimadas detectados em Roraima. O número é maior do que todos os focos registrados em 2023 no estado: 2.659. Em fevereiro do ano passado, foram registrados 168 focos em Roraima. O governo do estado decretou situação de emergência em nove municípios de Roraima devido aos efeitos da estiagem na região: Amajari, Alto Alegre, Cantá, Caracaraí, Iracema, Mucajaí, Pacaraima, Normandia e Uiramutã. Os municípios com mais focos de queimadas em fevereiro são Mucajaí (401), Caracaraí (335), Amajari (235) e Rorainópolis (218). O estado passa por um período de forte estiagem, agravado pela influência do fenômeno do El Niño. O Rio Branco, o principal do estado, atingiu o nível de - 0,13 metro, segundo a Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caer).

Diário do Acionista
Tels.: (21) 99122-4278

VERÃO - SÁBADO: Sol com algumas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 31º 24º 65% 06:00 18:21

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

3º Domingo da Quaresma

'Senhor, tens palavras de vida eterna' (Sl 18/19)

Celebramos neste domingo o terceiro do tempo quaresmal, estamos na metade do retiro quaresmal, e, dentro de pouco tempo, celebraremos a Páscoa do Senhor. No próximo final de semana, viveremos as "24 horas para o Senhor", antecedendo o Domingo Laetare. A Quaresma é um tempo propício para nossa conversão e mudança de vida, e ainda vivenciarmos as três práticas espirituais que são: oração, jejum e esmola/caridade. Juntamente com essas três práticas espirituais, o tempo quaresmal é marcado pela penitência, além de nos aproximarmos do Sacramento da Reconciliação, podemos praticar outras formas de penitência, como por exemplo, rezar mais, praticar o jejum ou deixar de lado algumas coisas que nos afastam de Deus.

Iniciamos na última sexta-feira mais um mês, o terceiro do ano, sempre é tempo de mudar e recomeçar, aproveitando este tempo quaresmal, quem sabe podemos ainda mudar alguma coisa em nós que ainda não foi possível no início deste ano. A cada celebração do domingo renovamos o nosso compromisso quaresmal.

Eis o tempo favorável, eis o dia da salvação, é a isso que o tempo quaresmal nos convida. Quando fomos batizados nos tornamos discípulos e missionários do Senhor e chamados a ser sal e luz na vida dos outros, ao longo do tempo quaresmal, nos preparamos para renovar o nosso compromisso batismal no Sábado Santo. Inclusive a Quaresma é um caminho catecumenal, ou seja, preparam-se novos fiéis para que recebam o batismo e os demais sacramentos.

A liturgia de hoje nos fala em cumprir os mandamentos e em sermos fiéis à lei do Senhor, ou seja, trilhar o caminho da justiça e da paz e edificar o reino de Deus aqui na terra. A liturgia de hoje nos diz ainda que devemos cuidar do nosso corpo que é templo do Senhor, e a nutrir uma vida de intimidade com o Senhor por meio da oração. O Senhor nos conhece desde o batismo e sabe de todas as nossas necessidades, abramos o nosso coração ao Senhor.

A primeira leitura da missa deste domingo é do livro do Êxodo *(Ex 20,1-17)*: nesta leitura o Senhor Deus se dirige a todo o povo e diz a ele os mandamentos da lei para que ele seguisse, os mesmos mandamentos que temos que seguir até os dias de hoje. O Senhor diz a ele que não há outro Deus além d'ele, foi Ele que tirou o povo da terra do Egito e o conduziu ao deserto rumo à terra prometida. Deus fez isso, pois o povo estava fazendo "deuses" para si e se esquecendo de tudo o que Deus fez pelo povo. O Senhor diz ainda que o povo deve dedicar um dia ao Senhor, santificando o dia de sábado.

Todos os mandamentos que o Senhor cita nessa leitura continuam atuais até os dias de hoje. Os mandamentos regem a nossa fé, e devemos nos basear neles para trilhar um caminho de santidade. Inclusive antes de nos confessarmos podemos fazer nosso exame de consciência a partir dos dez mandamentos da lei, observando em qual deles nós falhamos. Os mandamentos se referem a nossa relação com Deus e com o próximo.

O Salmo responsorial é o *18 (19)*, que diz em seu refrão: *"Senhor tens palavras de vida eterna"*, esse refrão vai de encontro com a primeira leitura e diz que as palavras do Senhor são eternas, ou seja, os mandamentos da lei são eternos e temos que praticá-los até o fim de nossas vidas.

A segunda leitura da missa deste domingo é da primeira carta de São Paulo aos Coríntios *(1Cor 1,22-25)*: Paulo diz que anuncia Cristo crucificado, escândalo para os judeus e insensatez para os pagãos. Mas, para todos os povos, inclusive judeus e gregos, Cristo é sabedoria e poder de Deus. O que é dito insensatez de Deus para os homens, é mais sábio do que os homens, e o que é dito fraqueza de Deus é mais forte que os homens. A morte de Cristo na Cruz não é uma derrota, pelo contrário, Ele vence a morte e sela com a Humanidade uma aliança eterna.

O evangelho deste domingo é de João *(Jo 2,13-25)*: nesse evangelho observamos que Jesus reage, demonstrando seu zelo pelo templo e não permitindo que fizesse do templo do Senhor uma casa de comércio. Isso serve para nós, nos dias de hoje, não podemos permitir que façam do templo uma casa de comércio, a Igreja é casa de oração.

Em segundo lugar, temos que cuidar não somente do templo de "tijolos e pedras", mas temos que cuidar de cada um de nós, que somos templos vivos do Senhor. A partir do batismo passamos a pertencer ao Senhor, nos tornamos de Deus, e o Espírito Santo habita em nós. A partir da habitação do Espírito Santo em nós é que tornamos templos vivos do Senhor e somos direcionados a viver a nossa vida segundo o Espírito Santo e não segundo a carne.

O templo de "tijolos e pedras" pode ser bonito, mas será destruído, como diz Jesus, não sobrará pedra sobre pedra. Temos que antes de tudo cuidar do templo do nosso corpo, da nossa vida, para que não seja destruída, e a guardemos até a vida eterna.

Celebremos com fé este terceiro domingo da Quaresma e continuemos trilhando o nosso caminho de conversão. Cuidemos do templo que somos cada um de nós e não deixemos que ninguém destrua o templo que é o nosso corpo.

COLÔMBIA

Petro diz que Netanyahu promove genocídio e barra compra de armas de Israel

PATRICIA LARA/AE

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, anunciou, nesta sexta-feira, que o país vai suspender a compra de armas de Israel. Em publicação no X (antigo Twitter), o líder colombiano disse que o governo do premiê israelense, Benjamin Netanyahu, promove um "genocídio" na Faixa de Gaza, em uma reminiscência do "holocausto".

"A morte de mais de cem palestinos enquanto lutam por comida é chamada de genocídio", disse, em um outro registro no X.

"Há uma necessidade de a sociedade deter o genocídio para não se repetir o que aconteceu na Europa entre 1939 e 1945", disse Petro, depois de convocar una reunião com os países da região para discutir a guerra no Oriente Médio.

Durante a cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), nesta sexta-feira, o presidente colombiano afirmou ainda que o aumento da violência e das guerras no mundo está associado a crises climáticas, o que deve ser superado pela adoção de medidas de descarbonização.

LULA PEDE MOÇÃO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta sexta-feira, que proporá uma moção da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) pelo fim do que ele chama de genocídio na Faixa de Gaza. Lula se refere às ações das forças israelenses no território.

O presidente brasileiro afirmou que aproveitava a presença do secretário-geral da ONU, António Guterres, no evento para fazer a proposta de moção. Também pediu que os organismos da política internacional tomem posição firme sobre o conflito em Gaza.

O petista deu a declaração na cúpula da Celac, que está sendo realizada em São Vicente e Granadinas. Lula também disse que nos últimos anos a região representada pelo bloco se dividiu, e que a intolerância havia ganhado força.

Itamaraty: massacre em Gaza mostra que Netanyahu não tem limite ético

CAIO SPECHOTO/AE

O Ministério das Relações Exteriores classificou como "massacre" a ação israelense que resultou na morte de ao menos 112 palestinos que buscavam ajuda humanitária na Faixa de Gaza. A nota do Itamaraty também diz que o governo de Benjamin Netanyahu não tem limites éticos ou legais. O texto foi divulgado na manhã desta sexta-feira.

"O governo Netanyahu volta a mostrar, por ações e declarações, que a ação militar em Gaza não tem qualquer limite ético ou legal. E cabe à comunidade internacional dar um basta para, somente assim, evitar novas atrocidades. A cada dia de hesitação, mais inocentes morrerão", afirma a nota.

O Itamaraty diz que "a humanidade está falhando com os civis de Gaza", e afirma que é "hora de evitar novos massacres".

A nota afirma que mais de 30 mil palestinos já foram mortos, sendo 12 mil crianças, e que mais de 1,7 milhão de pessoas foram deslocadas forçadamente. "O Brasil reitera a absoluta urgência de um cessar-fogo e do efetivo ingresso em Gaza de ajuda humanitária em quantidades adequadas, bem como a libertação de todos os reféns", diz o Itamaraty.

Aliado ao genocídio de palestinos, EUA 'podem' enviar ajuda a Gaza

Pressionado pelas eleições, o presidente Joe Biden, apoiador de Israel, anunciou nesta sexta-feira, que os Estados Unidos vão começar a usar aviões para lançar ajuda humanitária na Faixa de Gaza. A decisão reflete a frustração da Casa Branca com o apoio insuficiente aos civis no enclave sitiado e crescente pressão após a morte de dezenas de palestinos desesperados atrás de um comboio humanitário.

"O fluxo de ajuda para a Faixa de Gaza não é nem de longe suficiente", disse Biden durante a visita a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni. "Não é nem de longe suficiente. Vidas inocentes estão em risco, vidas de crianças estão em risco. Não ficaremos parados até conseguirmos que mais ajuda chegue", reforçou.

Sem dar detalhes de quando, Biden disse que os aviões devem ser enviados em breve e que os Estados Unidos buscam outras formas para facilitar a entrada de ajuda para os palestinos em Gaza.

Israel é acusado de atirar contra pessoas que corriam desesperadas atrás do comboio com ajuda humanitária na Cidade de Gaza. O ministério da Saúde local, afirma que ao menos 115 pessoas morreram e 750 ficaram feridas.

Autoridades israelenses admitem que suas tropas dispararam contra palestinos que se aproximaram de forma "ameaçadora", mas atribui o número de vítimas à confusão.

Ontem, Biden disse a jornalistas que a Casa Branca analisa as duas versões e reconheceu que o a morte de civis palestinos na fila por ajuda humanitária pode complicar as negociações por um cessar-fogo, que se arrastam há semanas.

ARGENTINA

Petróleo vira arma na guerra de Milei com governadores

CAROLINA MARTINS/AE

A guerra declarada entre o presidente Javier Milei e os governadores da Argentina ganhou novos contornos nos últimos dias, com o petróleo e o gás virando armas das províncias produtoras, especialmente da Patagônia. O governador de Chubut, a segunda maior província produtora, ameaçou cortar o fornecimento caso o governo não liberasse uma verba bilionária que havia sido retida. A disputa, que ganhou adesão de governadores de direita e esquerda, deve chegar à Suprema Corte do país.

Este foi um novo episódio dos embates do governo do libertário com os governadores que deveriam constituir sua base de apoio. O conflito começou após as primeiras medidas econômicas que retiraram verbas das províncias e ganhou fundos dramáticos depois que Milei saiu em uma caça às bruxas aos deputados e governadores que não estavam apoiando o avanço da sua Lei Ônibus, que terminou derrubada no Congresso. Ao chamá-los de "traidores", Milei criou uma fissura que coloca em dúvida a sua governabilidade.

Em 23 de fevereiro, o governador de Chubut, Ignácio Torres, denunciou que o governo federal havia retido ilegalmente mais de 13,5 bilhões de pesos da verba de coparticipação da província.

"Se não cumprirem a Constituição e não enviarem recursos aos moradores de Chubut, então Chubut não entregará seu petróleo e gás", ameaçou em uma carta assinada também por seus vizinhos patagônicos de Río Negro, Santa Cruz, Neuquén, Tierra del Fuego e La Pampa.

A Patagônia concentra a maior produção de petróleo e gás do país e a ameaça, que havia requintes de ser inconstitucional segundo juristas ouvidos por jornais argentinos, prometia encarecer ainda mais os combustíveis no país - que já sofrem pressão da inflação acima dos 20% mensais e da liberação de preços que Milei promoveu em janeiro. O resultado político prometia ser dramático.

O governo respondeu que os valores haviam sido retidos para pagar uma dívida da província com um fundo de desenvolvimento provincial da nação. Milei, porém, subiu o tom e chamou os governadores de "degenerados fiscais". Os patagônicos acusam a Casa Rosada de estar punindo-os pela queda de sua Lei Ônibus.

ARMAS E MUNIÇÃO

MP prende 4 ligados à milícia de Lessa e Suel

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) prendeu, nesta sexta-feira, ao menos quatro pessoas suspeitas de envolvimento com o comércio ilegal de armas e munição. Um dos alvos já estava detido. Eles são acusados de fazer parte da milícia de Ronnie Lessa e Maxwell Simões Corrêa, conhecido como Suel. Os dois estão envolvidos no caso Marielle Franco.

Segundo o MPRJ, nas primeiras horas da operação foram presos Paulo Sérgio Ladi Pereira, Roberto Pinheiro Mota, Uellington Aleixo Vitória Coutinho e Welington De Oliveira Rodrigues, conhecido como Manguaça. Manguaça já estava preso na Cadeia Pública Isap Tiago Teles de Castro Domingues, em São Gonçalo, na região metropolitana.

Ele é apontado pela investigação como um dos gerentes da central de TV a cabo clandestina de Suel e Lessa, que não fazem parte desta denúncia.

Ao todo são cinco mandados de prisão e oito de busca e apreensão. As ordens judiciais foram expedidas pela 2ª Vara Criminal da Regional de Madureira. Os cinco alvos são acusados de integrar uma rede de tráfico de armas, inclusive de uso restrito, na região de Rocha Miranda, zona norte do Rio.

A operação conta com o apoio das Polícias Civil e Militar. Além de Rocha Miranda, as buscas foram feitas nos bairros de Honório Gurgel, Colégio (ambos na zona norte) e Catumbi, na região central do Rio.

A ação do Grupo de Atuação Especializada de Combate ao Crime Organizado (Gaeco/MPRJ), com o apoio da Coordenadoria de Segurança e Inteligência (CSI/MPRJ), é um desdobramento da Operação Jammer, realizada pelo MPRJ e pela Polícia Federal (PF) em agosto de 2023, contra a milícia liderada por Suel e Ronnie Lessa, voltada à exploração clandestina de atividades de telecomunicação, televisão e internet.

CASO MARIELLE

O assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes completa seis anos no dia 14 de março. Com a entrada da Polícia Federal nas investigações, em 2023, houve alguns avanços, como a delação premiada do ex-policial militar Élcio Queiroz, que dirigia o carro Cobalt usado no crime. Em julho do ano passado, agentes da PF que participavam das investigações informaram que, na delação, Queiroz apontou Ronnie Lessa como o autor dos disparos.

Nota

RJ SUPERA A MARCA DE 11 MIL NOVAS EMPRESAS ABERTAS

O Rio de Janeiro já soma 11.348 novas empresas abertas em 2024. O número foi alcançado depois que a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja) registrou a abertura de 5.820 novos negócios em fevereiro. Esse total representa um aumento de 12% em relação a 2023, quando a soma dos dois primeiros meses do ano chegou a 10.137 novos negócios no território fluminense. O número de aberturas de empresas em fevereiro, no Estado do Rio, é o segundo melhor de todos os meses de fevereiro nos 215 anos da Jucerja. Além disso, superou o total registrado em janeiro, que foi de 5.528.